

Face a Face com a Destruição

Relatório Greenpeace sobre as companhias multinacionais madeireiras na Amazônia Brasileira*

Catherine Cotton e Traci Romine

Pesquisa: Traci Romine e AIDEnvironment

Colaboradores: Paulo Adário (Greenpeace Internacional), Phil Aikman (Greenpeace Inglaterra/Greenpeace Internacional), Tim Birch (Greenpeace Internacional), Ruy Goes (Greenpeace Brasil), Christoph Thies (Greenpeace Internacional)

Tradução: Wilson Langeani

Layout: Richard Nicodème, Amsterdam

Revisão: Eduardo Quartim, Rebeca Lerer, Paulo Adário

© Greenpeace, Maio de 1999

Greenpeace Brasil

Rua dos Pinheiros, 240 - Cj. 12/32 - Pinheiros

05422-000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3066 1155 - Fax: (11) 282-5500

Greenpeace em Manaus:

R. Djalma Batista – Conj. Jardim Haydéia 1 – Casa 27

Chapada

69053-000 – Manaus – Amazonas

Tel: (92) 642-5949

E-Mail: greenpeace.brazil@dialb.greenpeace.org

Home Page: www.greenpeace.org.br

Impresso em papel livre de cloro graças ao apoio dos sócios do Greenpeace.

* Em função do precário controle, por parte do governo brasileiro, sobre a indústria madeireira na Amazônia, a maior parte da produção de madeira é ilegal (SAE 1997). Nessas circunstâncias, é difícil obter dados confiáveis sobre essa atividade. As informações apresentadas neste relatório são baseadas nos melhores dados disponíveis em meados de abril de 1999.

Greenpeace Brasil

Destaques

Baseado em literatura recente, pesquisa de campo e entrevistas com executivos das empresas, este relatório apresenta detalhes das atividades de 17 CMMs (Companhias Multinacionais Madeireiras) que operam atualmente nos estados do Pará e do Amazonas.

Alguns dados levantados:

- Com o esgotamento crescente da cobertura florestal do Sudeste Asiático e da África Central, a Amazônia passou a ser encarada pelas CMMs como a principal fonte de madeira tropical das próximas décadas.
- A participação da madeira amazônica no total da produção brasileira pulou de 14 % para 85 % em apenas duas décadas.
- Dos 36 pontos críticos de desmatamento na Amazônia, 72 % estão relacionados à indústria madeireira.
- O corte de árvores danificou 1,5 milhão de ha em 1997 e é o principal fator de destruição da cobertura florestal nativa da Amazônia.
- Com a desvalorização do Real, a expectativa da indústria é de que a exportação de madeira amazônica cresça 20% em 1999.
- 80% da madeira explorada na Amazônia têm origem ilegal. Na maior parte dos casos, os Planos de Manejo Florestal não são seguidos, mas usados meramente para satisfazer requerimentos legais.
- A atividade madeireira apresenta índices de desperdício incríveis. 2/3 da de todas as árvores exploradas na Amazônia viram sobras ou serragem
- Um reduzido número de empresas originárias da Europa, Estados Unidos e Ásia respondem por mais de 12% da capacidade de processamento da região e por quase metade do seu (potencial) valor de exportação.
- Oito CMMs localizadas no Pará e Amazonas controlam áreas florestais que equivalem ao tamanho de Belize.
- A Amaplac, do grupo malaio WTK, apresentou um plano de manejo florestal para explorar 369 mil m³ de toras por ano, o equivalente a mais da metade da produção total do estado do Amazonas em 1997. Até o momento, o IBAMA não autorizou a empresa a iniciar a exploração.
- Apenas uma companhia que opera na região, Mil Madeiras, é totalmente certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council – FSC). Uma segunda companhia, a Gethal Amazonas S.A., tem cadeia de custódia com certificação do FSC usando matéria-prima da Mil. A Gethal planeja certificar parte de sua produção própria ainda em 1999.
- Das 17 CMMs pesquisadas, 13 indicaram não ter qualquer interesse em obter a certificação do FSC.

**80% da madeira extraída na Amazônia
são de origem ilegal**

Greenpeace Brasil

Abreviações

AIDE	AIDEnvironment
AIMEX	Associação dos Exportadores de Madeira de Belém
ATPF	Autorização para Transporte de Produtos Florestais
CPATU-EMBRAPA	Centro de Estudos Agro-florestais da Amazônia
DLH	Dalhoff, Larsen and Horneman S.A.
EIA	Environmental Investigation Agency
FOEI	Friends of the Earth International
FSC	Forest Stewardship Council
GPI	Greenpeace International
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais
Jucea	Junta Comercial do Estado do Amazonas
Jucepa	Junta Comercial do Estado do Pará
KLSE	Kuala Lumpur Stock Exchange
KLSE-RIS	KLSE-Riiam Information System
ONG	Organização Não-Governamental
NMMI	Nevada Manhattan Mining Inc
PMF	Plano de Manejo Florestal
PNG	Papua Nova Guiné
RH	Rimbunan Hijau
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal/Brasil
SEC	US Securities and Exchange Commission
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
CMM	Companhia Madeireira Multinacional
TREES	Tropical Ecosystem Environment Observations by Satellites
TTJ	Tropical Timber Journal
UTAM	Universidade Técnica do Amazonas
WRI	World Resources Institute
WRM/FM	Word Rainforest Movement/Forests Monitor
WWF	World Wide Fund for Nature

Greenpeace Brasil

Índice

Introdução

Uma ameaça crescente

Exploração de madeira abre caminho para a destruição da floresta

A chegada das CMMs

A importância das CMMs

Um outro caminho

Conclusões e demandas do Greenpeace

Perfis das Companhias Madeireiras Multinacionais (CMMs)

Amacol

Amaplac e WTK Florestal

Braspor

Cifec

Compensa

Eidai

Eldorado

Gethal

Janus Brasil

Jaya Tiasa

Lawton

Mil Madeireira

Nordisk

Robco

Terra Resources

Referências Bibliográficas e Entrevistas

Leg: Dois terços das árvores exploradas na Amazônia viram lixo ou fumaça

Greenpeace Brasil

Mapa 1: Os estados do Amazonas e do Pará ainda têm vastas áreas de remanescentes florestais contínuos. A atividade madeireira nestas regiões pode ameaçar a integridade da Floresta Amazônica.

1 Uatumã

2 Tefé

3 Codajás e Rio Purus

4 Vale do Juruá e Carauari

5 Rio Madeira e Itacoatiara

6 Rio Capim e Moju

7 Paragominas

8 Marajó

9 Cuniuá

Áreas de Floresta Amazônica remanescente

Áreas de Floresta Amazônica destruídas

(Fonte: World Resources Institute, 1997)

Atuais centros das principais áreas de atividade madeireira da Amazônia Brasileira

(Fonte: Nepstad et al, 1999)

Greenpeace Brasil

Introdução

As florestas primárias mundiais¹ estão em perigo. Em nível global, apenas 1/5 da cobertura florestal original ainda existe em grandes extensões². Quase metade disso está ameaçada por atividades como mineração, agricultura e, mais significativamente, exploração madeireira comercial (Tab.1).

Das florestas primárias remanescentes, a Amazônia é a maior. Com uma área do tamanho da Europa Ocidental – um total de 370 milhões de ha – 1/3 dos remanescentes florestais tropicais mundiais estão concentrados na Amazônia Brasileira (WWF, 1999). Até hoje, aproximadamente 2/3 da Amazônia Brasileira permanecem como floresta primária – e ainda podem ser protegidos.

1/5 dos mais ameaçados remanescentes contínuos das florestas mundiais encontra-se na Amazônia Brasileira, onde cresce o desmatamento promovido pela indústria madeireira. Esta região é, hoje, claramente, o centro das ameaças às florestas primárias remanescentes do planeta (WRI, 1997) (vide mapa 1).

Em 1997, a indústria madeireira danificou em torno de 1,5 milhão de ha da floresta amazônica brasileira (Nepstad *et al* 1999). Esta penetração na mata fechada abre caminho para os desmatamentos. A construção de estradas e o desflorestamento realizado por fazendeiros para fins agropecuários são financiados pela venda da madeira tropical destas áreas (Veríssimo *et al*, 1995). A exploração madeireira desempenhou um papel-chave no desflorestamento de quase 1.683.800 ha entre agosto de 1997 e agosto de 1998 (INPE 1999).

Ao longo das duas últimas décadas, a contribuição da Amazônia na produção madeireira total do Brasil aumentou de 14% para 85%. A região forneceu quase 29 milhões de m³ de toras em 1997 (Veríssimo e Lima, 1998). De acordo com dados oficiais, 80 % dessa exploração é ilegal (SAE, 1997). Mas, mesmo a maioria da extração considerada “legal” é altamente destrutiva e o uso de tecnologia obsoleta resulta em enorme perda de matéria-prima durante o processo produtivo. Em média, apenas 1/3 da madeira extraída é transformada em produtos finais (Uhl *et al*, 1997).

Nesse contexto, o impacto das companhias madeireiras brasileiras – que são, em sua maioria, pequenas e tecnologicamente ultrapassadas – tem sido significativamente ampliado pela chegada de novos atores. Exauridos os estoques do Sudeste Asiático e da África Central (Douglas & Blaser, 1998), a Amazônia Brasileira se tornou o alvo da indústria madeireira multinacional: será a principal fonte de madeira tropical nas próximas décadas (SAE, 1997). Das CMMs³ recentemente estabelecidas na região, muitas são financeiramente poderosas. Além disso, vários desses gigantes multinacionais têm um conhecido histórico de abusos sociais e ambientais (EIA, 1996; Greenpeace/Toni, 1997; WRM/FM, 1998).

¹ Florestas primárias são definidas aqui como as florestas mundiais remanescentes que foram formadas basicamente por eventos naturais e sofreram pouco impacto de atividades humanas.

² Áreas de florestas primárias grandes o bastante para sustentar populações viáveis de todas as espécies nativas, incluindo espécies animais de ampla distribuição. São também chamadas florestas-limite de acordo com o Instituto de Recursos Mundiais (World Resources Institute – WRI 1997)

³ CMM (Companhia Madeireira Multinacional) é usado neste relatório para descrever aquelas empresas que são em parte ou no todo propriedade de grupos estrangeiros ou que são em parte ou no todo financiadas por capital estrangeiro. Isso inclui aquelas companhias que não são multinacionais estritamente falando (Lines *et al*, 1996) mas que têm significativa participação de capital estrangeiro.

Greenpeace Brasil

Leg: A Floresta Amazônica ocupa uma área do tamanho da Europa Ocidental

Tabela 1: Proporção de Remanescentes Contínuos de Floresta ameaçados pela extração madeireira e outras atividades econômicas

Região	Florestas em risco por ameaças particulares (%)					
	Remanescentes Contínuos Ameaçados (%)	Extração de madeira	Mineração, estradas e obras de infra-estrutura	Limpeza de área p/ Agricultura	Remoção Excessiva da vegetação	Outros
África	77	79	12	17	8	41
Ásia	60	50	10	20	9	24
Américas do Norte & Central	29	83	27	3	1	14
América do Sul	54	69	53	32	14	5
Rússia e Europa	19	86	51	4	29	18
Oceania	76	42	25	15	38	27
Mundo	39	72	38	20	14	13

Fonte: WRI (1997). Nota: O total da área ameaçada pode somar mais do que 100 % já que uma determinada área pode estar em risco por mais de uma ameaça ao mesmo tempo.

Durante os últimos anos, madeiras e interesses financeiros estrangeiros têm sido atraídos para a Floresta Amazônica devido ao incrível volume de madeira comercial ali concentrado – em torno de 60 bilhões de m³ (Veríssimo e Barros, 1996). A invasão inicial de algumas megamadeiras asiáticas como a Rimbunan Hijau e a WTK (Greenpeace/Toni, 1997) causou forte reação do Greenpeace e de outras ONGs, o que alertou a opinião pública e deflagrou uma recente investigação do Congresso Nacional Brasileiro sobre as CMMs (Viana, 1998).

Em função da crise financeira no Sudeste Asiático e da valorização do Real, o ritmo do avanço sobre a floresta diminuiu durante 1998. Porém, a desvalorização do Real em janeiro de 1999 tornou a madeira brasileira mais competitiva no mercado internacional (Franco, 1999). A indústria madeireira se beneficiou dessa recente mudança e muitos executivos do setor prevêem um crescimento significativo nas exportações nacionais. As conseqüências dessas mudanças para a Amazônia – a última fonte de madeira tropical no Brasil – podem ser enormes.

A crescente ameaça proveniente de gigantes multinacionais é evidenciada na história recente da região. Em 1991, a empresa japonesa Eidai do Brasil era a única grande empresa estrangeira a figurar entre as dez maiores madeiras do país (Harago, 1993). Atualmente, pelo menos 25 companhias européias, americanas e asiáticas têm importância na indústria madeireira da região. Destas, 8 respondem por 12% de sua capacidade de processamento e as dez maiores por quase metade do valor total das exportações.

Baseado em literatura recente, pesquisa de campo e entrevistas com executivos das empresas⁴, este relatório detalha a entrada de CMMs nos estados do Pará e do Amazonas, onde concentra-se a maioria dos remanescentes florestais da Amazônia e onde as empresas aqui analisadas atuam. O Greenpeace é consciente do grande consumo doméstico de madeira amazônica e pretende analisar esse processo posteriormente.

⁴ Detalhes de todas as entrevistas são fornecidos na seção de referências.

Greenpeace Brasil

Como consequência do uso de tecnologias ultrapassadas, apenas 1/3 da madeira retirada da floresta é transformada em produtos finais

Parte I

Uma ameaça crescente

Está comprovado que a extração comercial de madeira é uma das maiores ameaças aos remanescentes florestais contínuos e às florestas primárias remanescentes do mundo (WWF, 1996, WRI, 1997).

Mesmo a extração seletiva de árvores de elevado valor comercial afeta diretamente a estrutura florestal e a composição do ecossistema. Efeitos indiretos como a construção de estradas e/ou a abertura de clareiras em propriedades privadas (Veríssimo *et al*, 1997; 1998; WRI, 1997) quase inevitavelmente expõem as florestas às consequências destrutivas da coleta de madeira para combustível e limpeza de área para fins agrícolas (Ape Alliance, 1998; CGIAR, 1996). Um recente relatório sobre desflorestamento tropical da European Commission's Joint Research Centre (TREES, 1998) revelou que, dos 110 focos de desmatamentos identificados no Sudeste Asiático, África e América do Sul, em pelo menos 61% deles a destruição é consequência direta ou indireta da extração de madeira⁵. Na Amazônia, o relatório indica que 72 % dos focos estão relacionados à indústria madeireira.

Exploração de madeira abre caminho para a destruição da floresta

Em comparação com outros países, o Brasil ainda tem uma proporção relativamente grande de floresta tropical. Mas o desmatamento avança rapidamente. Até o começo dos anos 70, apenas 1% da Floresta Amazônica tinha sido destruído; em meados de 1998, o desflorestamento chegou a 13,7 %. Ou seja: num período de apenas três décadas, mais de 55 milhões de ha – uma área do tamanho da França – foram destruídos (INPE, 1999). De acordo com relatório recentemente publicado na revista científica *Nature*, a atividade madeireira danificou severamente uma área entre 1 e 1,5 milhão de ha de florestas durante 1997, o que não foi incluído nas estatísticas de desmatamento do governo brasileiro (Nepstad *et al*, 1999)⁶. O relatório também revela que, em 1998, mais 27 milhões de ha de florestas tornaram-se vulneráveis ao fogo em consequência das aberturas na mata feitas pela atividade madeireira.

Uma pesquisa realizada pelo IMAZON revelou que grande parte dessa recente destruição está relacionada ao incremento da exploração madeireira na bacia amazônica brasileira. Confirmando, Greenpeace/Barreto *et al* (1998) relata que a contribuição da região para a produção total de madeira do país saltou de 14 % para 85 % nas duas últimas décadas. Apenas em 1997, aproximadamente 28,5 milhões de m³ de toras foram extraídos na Amazônia brasileira⁷, o que equivale à exploração anual de uma área entre 700 mil e 5,6 milhões de ha⁸. Assim, se a previsão de taxas de consumo de 60 milhões

⁵ Esses números foram calculados a partir do relatório TREES (1998) baseados em todos os focos de desmatamento atribuídos à extração madeireira e/ou expansão agrícola (a qual está geralmente relacionada à atividade madeireira antecedente). Focos associados apenas a culturas rotativas não foram incluídos.

⁶ Isso é confirmado pelos dados de Uhl *et al* (1997) segundo o qual, para cada árvore removida, entre 10 % e 35 % das árvores de grande porte ao redor são danificadas.

⁷ Esse valor é de 14,2 milhões para os estados do Amazonas e Pará.

⁸ Veríssimo & Lima (1998) relatam taxas de extração entre 5 e 40 m³ de toras por hectare.

Greenpeace Brasil

de m³ de toras ao ano, projetadas pelo governo brasileiro, forem alcançadas (IBAMA), a área de floresta explorada a cada ano deverá ser mais do que duplicada.

A construção de estradas e os desmatamentos realizados por fazendeiros são geralmente patrocinados pela venda da madeira tropical

Até hoje, grande parte da extração na região permanece nas mãos de pequenos e médios madeireiros com pouco capital (Greenpeace/Barreto *et al* 1998). Mesmo assim, suas atividades em busca do mogno levaram à abertura de 3 mil km de estradas somente no Pará (Veríssimo *et al*, 1995). Como agravante, existem problemas associados às distâncias das áreas de extração, à fraca presença do IBAMA e à uma complexa cadeia de custódia no corte, remoção e transporte das toras. Esses fatores favoreceram a predominância de práticas irregulares - como a exploração florestal sem manejo adequado, a desonestidade na fiscalização, o corte de espécies protegidas por lei e a invasão de áreas protegidas e terras indígenas.

Esses problemas atingiram tal proporção que, de acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, aproximadamente 80% da madeira extraída na Amazônia são ilegais (SAE, 1997). Em princípio, as florestas podem ser exploradas legalmente através de planos de manejo florestal ou autorizações de desmatamento. Porém, é importante ressaltar que a SAE (1997) concluiu que a maioria dos planos de manejo florestal existentes não resultam em produção de madeira (Quadro 1), mas servem “apenas para satisfazer exigências legais”. Já o IMAZON estima que 90% dos desmatamentos na região são feitos sem autorização oficial.(Veríssimo com. pess.).

Qualquer que seja a origem da madeira, o principal instrumento utilizado pelo Ibama para o controle da exploração é a ATPF (Autorização para Transporte de Produtos Florestais). Entretanto, um volume significativo de toras ilegais é extraído e “legalizado”, já que ATPFs fraudulentas são facilmente adquiridas ao custo de aproximadamente US\$ 1 por metro cúbico de madeira a ser transportada. Roberto Pupo, presidente Nordisk e da Associação de Exportadores (AIMEX), em Belém, alega que, de qualquer maneira, as ATPFs não implicam benefícios ambientais. “Você não pode proibir o transporte se já autorizou o corte”, explicou, em recente entrevista. Ele acrescentou que as ATPFs simplesmente limitam a venda da madeira extraída no mercado interno, mas não têm nenhum efeito no controle na extração e no desmatamento propriamente ditos.

Quadro 1 - O desrespeito da indústria madeireira aos planos de manejo

Em 1996, investigações do governo do Pará (financiadas pela associação de indústrias, AIMEX) revelaram que a maioria dos planos de gerenciamento florestal aprovados não era obedecida (CPATU-EMBRAPA, 1996). O estudo, conduzido por uma equipe multidisciplinar que incluía engenheiros florestais, economistas e antropólogos, descobriu que nenhum dos projetos aprovados fez o inventário da exploração prevista; apenas 37 % obedeceram ao requisito do corte de cipós anterior ao corte das árvores; apenas 30 % resultaram na queda de árvores em direção pré-determinada; 100 % deixaram de seguir os procedimentos de anelamento de tronco e apenas 44% seguiram os requerimentos legais de monitoramento. De acordo com o ex-presidente do Ibama Eduardo Martins, dos 2.806 PMFs na Amazônia, apenas 865 são válidos. Dos restantes, 1.127 foram suspensos e 814 foram cancelados por desrespeitar a legislação. A ONG Amigos da Terra e o IMAZON reportaram ainda um baixo número de multas por crimes ambientais. Estima-se que, em 1996, apenas 13% do valor das multas aplicadas na região amazônica foram coletados (FOEI, 1996; Greenpeace/Barreto,1998).

Greenpeace Brasil

Em 1998, 27 milhões de ha da Floresta Amazônica se tornaram vulneráveis ao fogo em decorrência do corte seletivo de madeira de elevado valor comercial

Associadas à recente entrada, na região, de CMMs com histórico de abusos sociais e ambientais (*Vide 'A chegada das CMMs'*), essas práticas representam uma séria ameaça à integridade das florestas primárias distribuídas ao longo da bacia amazônica. O aumento das áreas desmatadas por atividades madeireiras facilita a colonização, as queimadas e a perda de espécies animais e vegetais muito sensíveis às mudanças nas condições ambientais da floresta (Greenpeace/Barreto *et al* 1998). Os recursos culturais, medicinais e nutricionais dos quais dependem os povos indígenas e populações tradicionais também ficam reduzidos (*Vide*, por exemplo, Balick & Cox 1996).

A chegada das CMMs

Existem cerca de 1.300 companhias madeireiras de médio porte na Amazônia e outras 1.200 serrarias familiares pequenas no estuário do Amazonas⁹ (Greenpeace/Barreto *et al* 1998). Até recentemente, grande parte da atividade madeireira na região se caracterizava por operações de média escala, com uma produção anual entre 4 mil e 6 mil m³ de produtos de madeira. Nos últimos anos, grandes madeireiras dos EUA, Europa e Ásia vêm tendo aumento os investimentos na região, freqüentemente adquirindo os ativos de empresas brasileiras falidas (SAE, 1997; Viana, 1998). No momento, a maioria dessas empresas detém capacidade de processamento muito maior do que os produtores locais. Por exemplo, em 1992, a Eidai, sozinha, produziu aproximadamente 142 mil m³ de madeira processada – ou entre 24 e 36 vezes a produção de uma empresa típica da região (Harago, 1993).

Pressionadas pela escassez de recursos financeiros (Douglas & Blaser, 1998) e pelo endurecimento da legislação ambiental em seus países de origem (EIA, 1996), aliados à atração exercida pelo “ambiente amigável para investidores estrangeiros” na Amazônia (Janus International, 1998^a; Viana, 1998), a chegada de empresas madeireiras estrangeiras na Amazônia aumentou sensivelmente desde 1991. Naquele ano, a empresa Samling, da Malásia, estabeleceu-se na Guiana como Companhia Barama Ltda (Colchester, 1997), e foi seguida por empresas do Canadá, Indonésia e Malásia, que se instalaram na própria Guiana e no vizinho Suriname. A entrada de madeireiras americanas e asiáticas no Brasil cresceu dramaticamente a partir de 1995 (Quadro 2). Hoje, apenas oito CMMs localizadas no Pará e Amazonas acumulam juntas áreas florestais equivalentes ao território de Belize (Tabela 2).

Quadro 2 - A chegada das CMMs na Amazônia Brasileira

Embora o investimento estrangeiro na indústria madeireira nacional remonte ao início dos anos 60, a aquisição de unidades produtivas, pelo grande capital estrangeiro é um fenômeno relativamente recente. De fato, as grandes aquisições realizadas por multinacionais a partir de 1996 e a reação da opinião pública levaram o Congresso Brasileiro a instalar uma Comissão Externa Destinada a Averiguar a Aquisição de Madeireiras, Serrarias e Extensas Porções de Terras Brasileiras por Grupos Estrangeiros (V. Viana, 1998). Enquanto companhias malaias negavam investimentos de larga escala na Amazônia, o então ministro de Meio Ambiente Gustavo Krause admitia que madeireiras internacionais, a maioria de origem asiática, investiram US\$ 100 milhões na região somente em 1997 (The Star, 1998). Em janeiro de 1998, o governo do Estado do Amazonas freiou a implantação de projetos de investimento de empresas da China e da Malásia. As empresas estrangeiras já instaladas continuaram a se desenvolver normalmente.

1973 Eidai do Brasil (Japão) inicia operações em Icoaraci, Pará¹

1995 WTK (Malásia) instala a WTK Brasil Florestal Ltda. e inicia o processo de controle da Amaplac²

⁹ Juntas essas pequenas firmas têm uma produção anual de apenas 650 m³ de madeira serrada e serão, daqui por diante, excluídas dessa discussão (Barros & Uhl, 1996).

Greenpeace Brasil

1996	Eidai do Brasil (Japão) torna-se o maior exportador de madeira processada da Amazônia ³ Westag & Getalit (Alemanha) adquire 25 % da companhia madeireira Gethal ⁴ A companhia madeireira Compensa transfere 47 % de suas ações para a TIANJIN FORTUNE TIMBER (China) ³ A WTK (Malásia) torna-se proprietária da Amaplac ²
1997	O Grupo Nevada Manhattan Inc (EUA) inicia as operações como EQUATORIAL RESOURCES ⁵ Jaya Tiasa (Malásia) assume o controle das empresas brasileiras Selvapac Indústria Madeireira do Pará Ltda., Maginco Compensados SA e parte da Maginco Madeireira Araguaia SA ^{2,6}
1998	A subsidiária Janus Brasília SA é adquirida pela Sara Hallitex (EUA) ⁷ O Grupo Nevada Manhattan Inc. (EUA) anuncia a compra integral da EQUATORIAL RESOURCES ⁸

¹Shibata & Sato (com pess); ²Viana (1998); ³SAE (1997); ⁴Gethal (NDA); ⁵NMMI (1998a); ⁶Jucepa; ⁷Janus International (1998a); ⁸NMMI (1998b)

Tabela 2: Áreas florestais de propriedade das maiores CMM's presentes na Amazônia Brasileira

Companhia brasileira, matriz e país investidor ¹	Área da propriedade florestal (ha) ²	Localização da área florestal ²
Terra Resources Brazil Ltda ³ (Nevada Manhattan) <i>EUA</i>	750.000	Pará
Janus Brasil (Janus Internatonal) <i>EUA</i>	647.000	Pará
Amaplac (WTK) <i>Malásia</i>	313.798	Amazonas
Jaya Tiasa ⁴ (Carolina, Selvapac & Maginco) <i>Malásia</i>	269.789	Amazonas, Pará
Gethal (Westag & Getalit) ⁵ <i>Alemanha</i>	151.704	Amazonas
Mil Madeiras (Precious Woods) <i>Suíça</i>	80.573	Amazonas
Amacol <i>EUA</i>	76.844	Pará
Eidai do Brasil (Eidai) <i>Japão</i>	91.008	Amazonas, Pará
Total	2.380,716 ⁶	

¹Dados segundo Viana (1998) exceto quando especificado; ²V. perfil das empresas para detalhes; ³ área que se refere à associação entre a NMMI – como EQUATORIAL RESOURCES – e a Jonasa (NMMI 1997a). Entretanto, o atual presidente da Terra Resources, Lloyd Pantell, afirma que é improvável que a Terra explore essa área; a ⁴Jaya Tiasa faz parte do Grupo Rimbunan Hijau (Business Times Malásia, 1996); ⁵Westag e Getalit são apenas acionistas minoritários (25 %) da companhia Gethal (Stern com. pess.); ⁶Muitas empresas têm acesso a terras adicionais através de compra de madeira de terceiros, como detalhado nos perfis das empresas.

A importância das CMMs

O Greenpeace considera preocupantes as políticas governamentais e os empreendimentos industriais que possibilitam a exploração sem controle e de maneira não-sustentada de madeira na Região Amazônica (V. Viana, 1998), e que oferecem à população local apenas empregos de baixa qualidade¹⁰ (Greenpeace/Barreto *et al*, 1998). O Greenpeace está especialmente preocupado com a instalação e a expansão de poderosas CMMs, devido a uma perigosa combinação de grande capacidade produtiva, domínio do mercado de exportações e histórico social e ambiental comprometedores.

A contribuição das multinacionais para a produção madeireira do Pará e Amazonas ainda é relativamente baixa. Em 1997, 14,2 milhões de m³ de toras foram extraídos (Veríssimo & Lima, 1998), dos quais 3% foram atribuídos oficialmente às grandes CMMs (V. Tabela 3). Entretanto, mesmo esse volume de produção é significativo, e por duas razões principais. Em primeiro lugar, embora muitas dessas empresas não detenham atualmente autorizações de exploração florestal, os dados disponíveis apontam que cinco delas processam em média de 3 a 8 vezes mais toras do que outras madeireiras da região¹¹. Segundo: os números da tabela 3 demonstram que a capacidade instalada ou projetada dessas empresas é consideravelmente mais alta do que sua atual produção – que soma entre 1.204.400 e 1.726.165 m³ por ano (i.e.: algo entre 8 % e 12 % da produção anual de madeira beneficiada). Assim, embora as CMMs representem

¹⁰ Entretanto, o Greenpeace reconhece a importância social e econômica da Floresta Amazônica para a indústria madeireira como fonte de renda e emprego.

¹¹ Baseando-se numa média anual de produção de 4.000 – 6.000 m³ de produtos em madeira por companhia (Greenpeace/Barreto *et al*, 1998).

Greenpeace Brasil

menos de 1% do número de empresas madeireiras implantadas na Amazônia, controlam um volume desproporcional da produção regional.

Em termos de valores de exportações, os números totais atribuídos às multinacionais são relativamente baixos, lembrando-se que o mercado externo representa apenas 15 % do atual mercado de madeira da Amazônia (Veríssimo & Lima, 1998). Questões como a crise asiática e as mudanças no valor do Real tiveram um efeito significativo na indústria de exportação brasileira nos últimos anos. O setor madeireiro claramente admite que as exportações serão favorecidas com a recente desvalorização do Real. Eijai Shibata, diretor-presidente da Eidai do Brasil, declarou, em entrevista ao Greenpeace, que as exportações da companhia devem aumentar. Opinião que é compartilhada pelo presidente da Gethal, Bruno Stern, por Lloyd Pantel, da Terra Resources (Grupo NMMI), e Roberto Pupo, da Nordisk. “Durante o Plano Real, os exportadores perderam muito de sua competitividade”, afirma Pupo. “Agora (após a desvalorização), a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo vai crescer”. A AIMEX, Associação dos Exportadores de Madeira do Pará, estima que o total de exportações cresça 20 % em 1999 (Franco, 1999).

A expansão potencial do mercado externo também é particularmente significativa em termos ambientais e econômicos, por conta da demanda internacional por madeira de alta qualidade. Em uma indústria caracterizada por altas taxas de desperdício (apenas 34% – 40% da madeira extraída são convertidos em madeira serrada), verificam-se índices ainda mais baixos de aproveitamento nos produtos exportados (em torno de 28% – 32%), já que exige-se maior qualidade e o mercado para peças pequenas é muito reduzido (Vidal *et al*, 1997). É digno de nota que, do total de US\$ 368.757.166 em produtos de madeira exportados pelo Amazonas e pelo Pará em 1997 (AIMEX/DECEX), as dez maiores CMMs tiveram uma participação em torno de 40 % (Tabela 4). Muitas das espécies exploradas por essas empresas estão ainda mais ameaçadas, já que os altos valores de exportação as tornaram muito cobiçadas.

Além do aumento nas exportações, do alto grau de desperdício e das implicações ecológicas desse comércio, poucos são os benefícios para a população local. Greenpeace/Barreto *et al* (1998) revela que a qualidade dos empregos gerados pela indústria madeireira é geralmente baixa, devido às características naturais da floresta e às péssimas condições de trabalho. O relatório também atesta que menos de 1/3 das serrarias da região estão envolvidas em alguma forma de processamento secundário, atividade que poderia acrescentar valor local ao produto.

Outro motivo para preocupações está no histórico das maiores CMMs, acusadas de abusos sociais e ambientais em outros lugares onde operam, incluindo a destruição de culturas e religiões locais (WTK) e a extração ilegal de madeira (RH)¹². E, apesar de contestar as acusações— “não somos os monstros noticiados pela imprensa¹³” responde o Sr. George Fan Uin Yon, presidente da Verde Vivo Ltda., do Grupo Jaya Tiasa –, muitas dessas CMMs já foram suspensas ou multadas por irregularidades em suas operações na Amazônia¹⁴.

¹² V. perfil das companhias para detalhes.

¹³ Notas transcritas, audiência pública, 25/06/97.

¹⁴ Viana (1998) reportou que de 13 CMMs investigadas, 12 registraram transgressões ambientais por manejo florestal irregular e/ou aquisição irregular de madeira (incluindo de terras indígenas); 10 apresentaram planos de manejo florestal insuficientes; 5 acumularam penalidades durante a inspeção; e 4 foram acusadas de transgressões a povos indígenas.

Greenpeace Brasil

A Floresta Amazônica é o refúgio de milhares de espécies vegetais e animais

Tabela 3 - Produção e capacidade de processamento das maiores CMMs proprietárias de terras na Amazônia Brasileira

Companhia brasileira, matriz e país investidor ¹	Extração em 1997 (m ³) ²	Capacidade estimada de toras exploradas por ano (m ³) ^{2,3}
Jaya Tiasa ⁴ (Carolina, Selvaplac & Maginco) <i>Malásia</i>	55.840 ⁵	621.006-886.797
Eidai do Brasil (Eidai) <i>Japão</i>	203.610	225.000-321.300
Gethal (Westag & Getalit) <i>Alemanha</i>	54.000-77.112 ⁶	120.000-171.360 ⁷
Amacol <i>EUA</i>	na	90.000-144.000
Mil Madeiras (Precious Woods) <i>Suíça</i>	33.695-44.375	60.000-70.000
Janus Brasil (Janus International) <i>EUA</i>	na	48.000-76.800 ⁸
Amaplac (WTK) <i>Malásia</i>	32.845	36.000-51.408
Terra Resources Brazil (Nevada Manhattan) <i>EUA</i>	na	4.400 ⁴
Total	379.990-413.782	1.204.406-1.726.165

¹Viana (1998); ²Vide perfil das empresas para detalhes; ³Esses números foram calculados com base nas estimativas de Vidal *et al* (1997) que relatam aproveitamento de 28% - 32% no processamento para produtos exportados e 34% - 40% para produtos domésticos; ⁴De acordo com o presidente da Terra Resources, Lloyd Pantell, que prevê também um acréscimo de 20% na produção a partir de março de 1999; ⁵Carolina somente; ⁶De acordo com o presidente da companhia, Bruno Stern, a Gethal está produzindo 21.600 m³ de madeira compensada e laminada por ano atualmente; ⁷Isso iguala-se ao volume autorizado da companhia, de 178.245 m³ (Gethal s/d); ⁸Estimado com base na projeção de vendas no valor de US\$ 320.000 por mês (Janus International, 1998b) e assumindo um lucro em torno de US\$ 200 / m³ (NMMI 1998a).

Tabela 4: As maiores CMMs exportadoras da Amazônia (Estados do Pará e Amazonas)

Companhia brasileira, matriz e país investidor ¹	Exportações em 1997 (US\$) ²	Maiores países importadores ²
Eidai do Brasil (Eidai) <i>Japão</i>	31.683.771	EUA, Japão & Reino Unido (68%); Holanda, Venezuela; Caribe
Jaya Tiasa ⁴ (Carolina, Selvaplac & Maginco) <i>Malásia</i>	27.022.532	EUA (Carolina 99%), Europa; EUA; Coreia do Sul (Maginco)
Nordisk (DHL Group) <i>Dinamarca</i>	20.401.105	Argentina, Bélgica, Caribe, Dinamarca, França, Holanda, Portugal, Reino Unido, EUA
Eldorado <i>França</i>	17.495.806	França, Haiti, Irlanda, Espanha, EUA
Gethal (Westag & Getalit) <i>Alemanha</i>	14.752.484	Alemanha (59%); EUA (41%)
Amacol <i>EUA</i>	12.000.000	EUA
Compensa (Tianjin Fortune Timber) <i>China</i>	8.005.878	EUA (91%)
Robco Madeiras <i>EUA</i>	7.733.753	EUA, Filipinas & Reino Unido (78%)
Amaplac (WTK) <i>Malásia</i>	6.351.950	Reino Unido (71%); Bélgica; EUA; Porto Rico; Dinamarca; Alemanha
Janus Brasil (Janus International) <i>EUA</i>	3.840.000	na
Total	149.287.269	na

¹Viana (1998); ²Secex.

Um Outro Caminho

As operações madeireiras certificadas oferecem um importante avanço para a indústria madeireira na Amazônia. O Conselho de Manejo Florestal¹⁵ (FSC) é o sistema de

¹⁵ O FSC (Conselho de Manejo Florestal) é o único certificador internacional com sistema de rotulagem que oferece aos consumidores um selo que funciona como um certificado de garantia de que o produto tem sua origem no manejo de florestas em bases ecologicamente sustentáveis. O FSC utiliza padrões ecológicos de processamento globalmente aceitos para certificação, leva em conta um balanço equilibrado e multifacetado dos interesses ecológicos, sociais e econômicos de todos os envolvidos e desfruta de amplo suporte público e privado na região dos mercados-chave.

Greenpeace Brasil

certificação que atualmente promove as melhores práticas ambientais de extração madeireira. Até o momento, apenas uma empresa da região, a Mil Madeireira, é plenamente certificada pelo FSC. A Gethal Amazonas S.A. tem um certificado condicional de cadeia de custódia do FSC (utilizando matéria-prima originária da Mil) e planeja obter certificação para parte dos laminados e compensados produzidos a partir de suas áreas de floresta ainda em 1999.

Entretanto, o resto da indústria diverge quanto à certificação. Por exemplo, enquanto representantes da Eidai do Brasil dizem que “não estão empolgados com o FSC” (Shibata & Sato, com. pess.), Lloyd Pantell, da Terra Resources, refere-se a exploração ambientalmente correta como economicamente eficiente¹⁶ e vê a certificação como essencial na expansão dos mercados do Norte Europeu. Em recente entrevista, Bruno Stern, presidente da Gethal, declarou que “a certificação plena é uma meta para o ano 2000”.

Estas diferenças de atitudes são particularmente importantes, já que Nepstad e seus colaboradores concluíram, em seu recente relatório na *Nature*, que, para controlar a depredação e a degradação da floresta, as atividades madeireiras precisam ser restringidas e substituídas por técnicas de exploração de baixo impacto (Nepstad *et al*, 1999). É importante ressaltar que mesmo operações certificadas pelo FSC podem ser inapropriadas em determinadas áreas da Amazônia, em função de zoneamento econômico-ecológico.

Tribos indígenas e comunidades tradicionais dependem da floresta para sobreviver

Conclusões e demandas do Greenpeace

O crescente investimento na atividade madeireira na Amazônia Brasileira, a expansão para novas áreas florestais, os altos volumes de extração ilegal e a ineficiência no processamento da madeira, associados à previsão do aumento nas exportações, apontam um futuro desastroso para a Floresta Amazônica. Os benefícios para as comunidades locais da região continuam baixos, já que a indústria oferece empregos de péssima qualidade e o acesso ao lucrativo mercado internacional é dominado por empresas estrangeiras. Por outro lado, a crescente pressão dos mercados externos sobre os fornecedores de madeira tropical leva alguns produtores a se interessar por práticas mais responsáveis e até mesmo pela certificação – ao menos no que se refere às exportações.

Para deter a destruição da Amazônia, o Greenpeace demanda que:

- Não se permitam novas concessões para a extração de madeira nos remanescentes de florestas primárias da Amazônia, antes que um inventário biológico e um plano de conservação para toda a região sejam completados e que as zonas de uso e não-uso sejam demarcadas.
- Para as empresas que já estão presentes, mas ainda não exercem atividade de extração em áreas de florestas primárias, seja estabelecida uma moratória até que inventários biológicos, planos de conservação e zoneamento estejam prontos.

¹⁶ Pantell estima que na ausência de um plano de manejo, entre 30 e 40 % das árvores podem se perder pelo esquecimento de toras derrubadas na floresta.

Greenpeace Brasil

- Para as empresas já em atividade de extração em áreas de fragmentos de florestas primárias exija-se a certificação do FSC atestando que o ecossistema foi mantido íntegro ou que não foi significativamente alterado.
- Os consumidores de madeira amazônica comprem apenas produtos de origem conhecida e que tenham sido independentemente certificados pelo FSC.
- O governo brasileiro aja firme e urgentemente para interromper a extração ilegal e predatória da madeira e promova práticas sustentáveis de exploração.
- Devido à inexistência de dados confiáveis, que o governo brasileiro realize com urgência um inventário detalhado, por Estado, do setor na Amazônia. Este levantamento deve conter os dados de todas as empresas, incluindo tamanho, capacidade produtiva, equipamentos, áreas de operação, áreas sob planos de manejo, proprietários e número de empregados.

Mais de 60% dos pontos críticos de desmatamento do Sudeste Asiático, África e América do Sul estão diretamente relacionados à atividade madeireira

Em 1993, o Greenpeace bloqueou a serraria Maginco, no Pará. Essa ação contribuiu para a decretação, pelo governo federal, de moratória de 2 anos para novos projetos de exploração de mogno e virola.

Parte 2-

Os Perfis das Companhias: um diretório das CMMs na Amazônia Brasileira

Os perfis das companhias incluídos no relatório (Tabela 5) são apresentados em ordem alfabética. Cada perfil inclui – sempre que a informação foi disponibilizada – um histórico resumido da empresa, detalhes das propriedades e capacidade de produção, valores e natureza dos bens de exportação e uma descrição geral e/ou histórico da política ambiental da companhia. Todos os endereços são das listas telefônicas de 1998 (Belém e Manaus), menos quando especificado em contrário.

Tabela 5 : CMMs no Amazonas e no Pará¹⁷

Nome da Companhia¹	Matriz/origem do investimento²
Amacol (Amazônia Compensados e Laminados SA)	Kiani (EUA)
Amaplac SA Indústria de Madeiras; WTK Brasil Florestal	Grupo WTK (Malásia)
Braspor Madeiras Ltda	Controle Português
Cifec Madeira Indústria e Comércio Ltda	Cifec (China International Forestry Corporation) (China)
Compensa (Madeiras Compensadas da Amazônia)	Tianjin Fortune Timber (China)
Eidai do Brasil (Eidai do Brasil Ltda Indústria e Comércio) ⁴	Eidai Inds Inc USA (Eidai) (Japão) ⁵
Eldorado Exportação e Serviços	Capital Francês ⁶
Gethal Amazonas SA Indústria de Madeiras	Westag & Getalit AG (Alemanha) ⁷
Janus Brasil SA	Janus International Inc (Sara Hallitex) (EUA) ⁸
Jaya Tiasa (Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais Ltda; Companhias Maginco; Selvaplac Verde SA)	Rimbunan Hijau (Malásia) ³
Lawton Madeiras da Amazônia AS	Lawton Lumber Company (EUA) ⁹
Mil ¹⁰ Madeiras Ltda	Precious Woods (Suíça)
Nordisk Timber Ltda	Dahlhoff, Larsen & Horneman AS (Dinamarca)
Robco Madeiras	Robinson Lumber Co Inc (EUA) ¹¹
Terra Resources Brazil Ltda	Grupo Nevada Manhattan Inc (EUA) ¹²

¹ Lista telefônica de 1998, menos quando especificado em contrário; ² Viana (1998) menos quando especificado em contrário; ³ V. Tabela 4; ⁴ Também registrada como Eidai do Brasil Madeiras SA (Eidai “website” 1999); ⁵ Eidai “website” (1999); ⁶ De acordo com o SAE (1997). Entretanto, o diretor administrativo da Eldorado, Francisco Macêdo, afirma que a companhia foi comprada de volta em 1993 e é caracterizada atualmente como empresa exportadora nacional; ⁷ Westag & Getalit são apenas os acionistas

¹⁷ Outras empresas estrangeiras na região são Cáceres Florestal (Alemanha/Dinamarca), Manasa (China), GD Carajás (Suíça), Bonal (Bélgica), Aztec (EUA), Banakoba (Bahamas), Madeiras Asturgal (Costa Rica), Seringueira do Pará (Bélgica) e Superfina (EUA).

Greenpeace Brasil

minoritários; ⁸ Janus Internatioal (1998) e Sara Hallitex (1999); ⁹ James Picha, vice-presidente (com. pess.); ¹⁰ Madeieira Itacoatiara Ltda (SAE 1997); ¹¹ Jucepa; ¹² Antiga Equatorial Resources (Pantell, com. pess.).

Amacol (Amazônia Compensados e Laminados SA)

Amazônia Compensados e Laminados S.A.,
Tv Benjamim Constant, 1416 – Belém, Pará, Brasil
Tel: (91) 242 -5190 /5186 - Fax: (91) 224 -3208

Kiani, Portland, Oregon, US
Tel: 01 503 222 1622

A Amacol foi registrada com capital norte-americano e, em 1997, reportou que estava em negociação com Samling (Malásia) (Tautz, 1997; Viana, 1998). Entretanto, Manny Mueller, diretor de vendas para a Kiani no Brasil, nega essa afirmação. Nenhuma troca de proprietário foi confirmada desde que a companhia foi comprada pela Kiani em 1997.

Viana (1998) informa que a empresa detém uma área de 76.844 ha e que tem planos de manejo florestal para 46.300 ha aprovados em Cuniuá. A capacidade instalada de produção da empresa é de 36.000 m³ de compensados e laminados, o equivalente a 90.000 – 144.000 m³ de toras¹⁸. Embora Mueller não revele o volume da produção atual, ele afirma que a companhia produz apenas madeira serrada. A empresa compra de terceiros parte da madeira que utiliza, através dos quais tem acesso à 400.000 ha de florestas no total (Viana, 1998).

A Secretaria de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Secex) informa que as exportações da Amacol em 1997 chegaram a US\$ 12 milhões. Naquele ano, a Amacol figurou entre os 20 maiores exportadores de compensados de 6 mm, e foi o terceiro maior exportador de compensado delgado¹⁹. As exportações da companhia destinaram-se somente aos EUA (Secex; Mueller, com. pess.).

A USDA's Good Wood (GWA 1996) registra que a Amacol foi certificada pelo FSC (através do SmartWood) em 1991. Entretanto, isto é improvável, já que a companhia não consta dos cadastros do FSC ou SmartWood (FSC, 1999; SmartWood, 1999). Outros relatórios (WRM/FM, 1998) indicam que a empresa foi reprovada pela Rainforest Alliance em uma auditoria de pré-certificação. Adicionalmente, a Amacol incorreu em sete infrações entre 1995 – 1997, enquanto uma revisão, pelo IBAMA, dos planos de manejo, em 1996, levou à suspensão de três dos oito PMFs da empresa. “Não existe mercado para a madeira certificada”, afirma Mueller, complementando que “nos EUA, o consumidor não está disposto a pagar mais por este tipo de produto”.

Amaplac SA Ind. de Madeiras e WTK Brasil Florestal Ltda.

Amaplac SA Ind. de Madeiras
L. Malcher, 1.168 – Manaus, Amazonas
Tel: (92) 232-3944
Amaplac SA Ind. de Madeiras
Av. Solimões, 340 – Manaus Amazonas
Amaplac SA Ind. de Madeiras
Av. Solimões, km 4, Distrito Industrial, Amazonas

¹⁸ O volume total de toras é calculado a partir do volume de produtos beneficiados – serrados, laminados ou compensados – utilizando-se os dados de rendimento, no processamento, apurados por Barreto *et al* (1998): de 25 – 32 % para produtos exportados e 32 – 40 % para produtos destinados ao mercado doméstico.

¹⁹ Neste relatório, “compensado de 6 mm” refere-se a compensados em folhas de 6 mm, Código Secex 4412.14.00; “compensados delgados” refere-se a folhas de madeira mais finas que 6 mm, Código Secex 4408.90.00 (Secex 1998).

Greenpeace Brasil

Tel: (92) 615-1545 /1805 /1849

WTK Group, Bangunan Hung Ann, No 1 Jalan Bujang Suntong, PO Box 256, 96007 Sibul, Sarawak, Malaysia²⁰

Tel: 084 326155 - Fax: 084 316160

e-mail: info@wtk.com.my

http://www.wtk.com.my

A instalação do Grupo WTK no Brasil começou no final de 1995, com o estabelecimento da WTK Brasil Florestal e foi concluída em março de 1996, quando os atuais gerentes do Grupo WTK (Datuk Wong Kie Nai e Wong Kie Yik) foram registrados como dois dos principais acionistas da empresa (Viana, 1998). Mais tarde, em 2 de janeiro de 1997, a WTK Brasil Florestal foi incorporada por sua associada Amaplac e o total de ações das duas companhias distribuído entre Datuk Wong Kie Nai (33 %), Wong Kie Yik (17 %), Wong Kie Chie (33 %) e Patrick Wong Haw Yeong (17 %), também do Grupo WTK (Viana, 1998).

A Amaplac detém 313.798 ha de floresta na região do município de Itamarati, na margem esquerda do Rio Cuniuá (Viana, 1998), embora ainda não tenha obtido autorização do IBAMA para extrair madeira e continue a depender de terceiros para seu suprimento. A empresa requisitou ao IBAMA um PMF para 205.000 ha de sua propriedade (SAE, 1997; Viana, 1998; IBAMA). Baseado nesse plano (Plano de Manejo Florestal Amaplac 1996), a produção estimada da Amaplac pode alcançar 369.000 m³ por ano²¹ – mais da metade da produção total do estado do Amazonas em 1997.

Devido à modernização de seu maquinário, a capacidade instalada de produção da Amaplac aumentou de aproximadamente 12.000 m³ de compensados e laminados por ano para entre 36.000 m³ e 60.000 m³ (Viana, 1998), o que equivale a 90.000 – 144.000 m³ de toras. A produção atual, porém, é estimada em apenas 14.400 m³ / ano (Paulo Adario, com. pess.). De acordo com o IBAMA, a Amaplac comprou um total de 32.845 m³ de madeira de terceiros em 1997.

Em 1997, a produção total da empresa, principalmente compensados e laminados, foi destinada ao mercado externo, atingindo um total de US\$ 6,4 milhões (Secex).

O IBAMA informa que, antes de sua incorporação pela WTK, a Amaplac tinha incorrido em cinco infrações por compra irregular de madeira de terceiros. Em seguida à transferência das ações, a companhia foi multada três vezes em 1996 pela mesma razão. O IBAMA não pôde completar a análise do PMF requisitado pela empresa em função da falta de documentação referente à propriedade da área e à ausência da licença de instalação.

Sobre a WTK

A WTK é uma das mais antigas megamadeireiras da Malásia. Seu nome é proveniente de Datuk Wong Tuang Kwang, que fundou a companhia em Sarawak, nos anos 40. O Grupo WTK inclui a WTK Holdings Bhd, que assumiu o controle de 11 empresas madeireiras do Grupo em 1997 (New Straits Times – Malásia, 1997a). Desde então, a WTK tornou-se uma das três maiores companhias madeireiras em Sarawak, junto com os grupos Rimbunan Hijau e KTS.

²⁰ WTK (1999).

²¹ Baseado numa área manejada média de 8.200 ha por ano com um volume estimado de 45 m³ de toras por ha.

Greenpeace Brasil

O Grupo WTK possui em torno de 3 milhões de ha de concessões para extração madeireira distribuídos pela África, Ásia e América do Sul, e está também envolvido em plantações, negócios imobiliários, comércio, pedreiras e mineração, seguros, transportes e turismo (New Straits Times – Malásia, 1997b). Suas operações madeireiras em Sarawak e Papua Nova Guiné encontraram resistência das populações locais por várias razões ambientais e culturais.

Em Sarawak, durante os anos 80, índios das tribos Penan e Kelabit foram presos ao bloquear as estradas de escoamento de madeira do Grupo WTK (Manser, 1996). Em 1995, a Vanimo TPR Landowners Association, em Papua Nova Guiné, exigiu do governo uma urgente revisão das atividades do Grupo.

Em ambos os casos, a WTK foi acusada de total desrespeito pelos povos indígenas – destruindo importantes sítios culturais e espirituais, como cemitérios, e dizimando espécies de árvores vitais para as comunidades locais (Manser, 1996). O Grupo foi também acusado de romper acordos ambientais na extração de madeira por diversas razões, incluindo a destruição de floresta, a erosão do solo e a poluição das águas (Vanimo TPR Landowners Association, 1995).

Braspor Madeiras Ltda.

Braspor Madeiras Ltda.
Rua 4, 131 – Itacoatiara, Amazonas
Tel: (92) 521-2851- Fax: (92) 521-2909

As informações a respeito das terras da Braspor são inconsistentes. De acordo com o IBAMA, a empresa possui uma área de 5.750 ha de floresta e tem um PMF para toda a área, que está suspenso por não incluir análise de impacto ambiental. Viana (1998) informa que a empresa pode ter adquirido uma área no total de 19.000 ha no Vale do Uatumã. Fernando Ludke, diretor da Gethal e presidente da União das Indústrias Madeireiras de Itacoatiara, diz que a Braspor possui 54.000 ha no Amazonas. Esse últimos números foram confirmados pelo Sr. A.J. Stout, que estuda uma oferta de compra da companhia, já que a Braspor pretende concentrar suas atividades em Rondônia.

Cifec Madeira Indústria e Comércio Ltda

Cifec Madeira Indústria e Comércio Ltda.
Av. Ipixuna, 1513 – Manaus, Amazonas
Tel: (92) 622-1219
Est. Paradão, 475 – Manaus, Amazonas
Tel: (92) 237-8308

A Cifec Madeira Indústria e Comércio Ltda. aparentemente não possui terras ou PMF, mas produz e exporta laminados e compensados (Hummel, 1997). A companhia foi multada três vezes em 1994, uma em 1996 e três vezes em 1997 por adquirir madeira sem comprovação de origem (Viana, 1998).

Compensa (Madeiras Compensadas da Amazônia)

Compensa,
Av. Mal. Bittencourt, 2150 – Manaus, Amazonas
Tel: (92) 625-4466

Tianjin Fortune Timber comprou a companhia brasileira Compensa em maio de 1996 (Jucea). Há relatos não confirmados de negociações entre esta companhia chinesa e a

Greenpeace Brasil

Samling, da Malásia (WRM/FM, 1998). A empresa controla uma área total de 16.850 ha em Tefé e tem planos de manejo para 16.105 ha. Porém, todos os planos estão suspensos desde 1996. Em 1997, a companhia comprou de terceiros 32.729 m³ de madeira (Viana, 1998). Naquele mesmo ano, o total das exportações foi avaliado em US\$ 8.005.878 (Secex).

Antes da sua compra, em 1993, a Compensa foi multada três vezes por transporte e uma vez por recebimento de toras sem comprovação de origem (Viana, 1998). Após a compra, a companhia foi multada em 1997 por transporte e recebimento de madeira também sem comprovação de origem. Em 1996/97, a empresa não obteve autorizações para a extração de madeira e, atualmente, está sob investigação do IBAMA (Viana, 1998).

Eidai do Brasil

Eidai do Brasil Madeiras S.A.

Estr. Maracacuera, s/n – Icoaraci, Belém, Pará

66.815-140

Tel: (91) 227-1200 - Fax: (91) 227-0163 /2882

<http://www.eidai.aa.psiweb.com>

R. José Antônio Coelho, 45, Vila Mariana – São Paulo, SP

04.011-060

Tel: 011 574-8211 - Fax: 011 571-7371 /573-9726

Eidai Inds Inc USA

605 Broad Ave, Ridgefield

New Jersey 07657, USA²²

Tel: 01 201 941-0910

- Fax: 01 201 224-9756

A Eidai é uma das mais antigas CMMs a operar na Amazônia brasileira, tendo sido fundada em setembro de 1972. Inicialmente, era fruto de uma parceria entre a Eidai Co. Ltda. e a divisão madeireira da Mitsubishi Corporation, mas a Eidai assumiu o controle total em 1997, ao comprar todas as ações da Mitsubishi (Shibata & Sato, com. pess.).

A Eidai estabeleceu a primeira fábrica de compensados e laminados no Pará em 1973 e hoje é a maior exportadora de madeira processada da região, apesar de ter acesso à uma área relativamente pequena de floresta – da qual 13.849 ha estão registrados em nome de Maracuerá Florestal SA (SAE, 1997). O tamanho real da área florestal em sua propriedade é incerto, já que os números são conflitantes, variando de 34.710 ha (SAE, 1997) até 42.463 ha (Viana, 1998). A companhia apresenta um total de 92.500 ha, sendo 57.852 ha sob plano de manejo florestal e 2.450 ha em processo de reflorestamento no Pará e no Amazonas. As terras da empresa também incluem florestas em Itamarati, no Vale do Juruá (Eidai, s/d).

A Eidai tem desmatamentos autorizados e usa terceiros para parte de seu suprimento de matéria-prima (SAE, 1997). Em 1997, a extração total registrada da companhia foi 203.610 m³ (IBAMA). Os representantes da empresa, Eiji Shibata e Takushi Sato, estimaram recentemente a capacidade instalada em 90.000 m³ de produtos de madeira (225.000 – 321.300 m³ de toras) por ano.

A empresa comercializa vários tipos de compensados, incluindo compensados decorativos produzidos com teca, cedro ou mogno, e laminados. Em 1997, a Eidai do

²² Eidai (1999).

Greenpeace Brasil

Brasil exportou um total de US\$ 31.683.771 (Secex), o que representa em torno de 80% do total de suas vendas (Shibata & Sato, com. pess.).

Em recente entrevista concedida ao Greenpeace, representantes da Eidai foram incisivos ao falar sobre o programa de reflorestamento da companhia, que representa um investimento de US\$ 1 milhão por ano. De acordo com Sato, o programa tem por objetivo “imitar a natureza”. Sato e Shibata consideram o FSC simplesmente um meio de gastar dinheiro em “papelada e burocracia” – dinheiro, dizem eles, que seria melhor empregado no reflorestamento.

Porém, de acordo com o IBAMA, três dos dez PMFs da Eidai foram suspensos em função de falhas como a ausência de um técnico responsável, falhas nos relatórios de exploração pré e pós corte e irregularidades nos inventários florestais. O IBAMA comprovou 68 infrações e 35 reincidências por parte da empresa entre 1992 e 1998, quando as multas aplicadas totalizaram R\$ 1.590.205.

Eldorado Exportação e Serviço

Dist. Ind. Icoaraci, Setor B, Q/3, Lotes 7-11, Icoaraci, Pará, Brasil
Tel (91) 227 2296/ 227 2598

A Eldorado foi a primeira empresa a se estabelecer como exportadora de madeira serrada da Amazônia, em 1985. Em 1990, o grupo francês Menuiseries Lapeyre SA tornou-se o acionista majoritário. Três anos depois, a maioria das ações teria sido comprada de volta por Estella Maria Perlin, do Rio Grande do Sul, e a companhia é atualmente caracterizada como uma empresa exportadora nacional (Macêdo, com. pess.)

Aparentemente, a companhia não tem terras registradas (SAE, 1997). Em 1994, tinha uma capacidade produtiva de 42.000 m³ por ano (PSSI, 1994), embora o diretor administrativo da empresa tenha declarado, em recente entrevista, que a produção atual é de apenas 22.000 m³. A empresa exporta madeira serrada no valor de aproximadamente US\$ 17 milhões por ano (Secex), principalmente para França, Espanha, EUA, Irlanda e Haiti (Macêdo, com. pess.). Macêdo atestou que a Eldorado apóia a adoção de mecanismos de controle rígidos e que pode estar interessada em certificação.

Gethal Amazonas SA Indústria de Madeiras

President: Bruno Stern
Gethal Amazonas SA Indústria de Madeiras
Rua Ernesto Talheimer, 1412 – Itacoatiara, Amazonas
Tel: (92) 521-1527 /1550 /1555 - Fax: (92) 521-2090

Chairman: HG Ahrens²³
Westag & Getalit, Hellweg 15, D-33378 Rheda-Wiedenbrueck, Germany
Tel: 049 524-2170 - Fax: 049 524-2176

Fundada por imigrantes alemães em 1948, a Gethal mudou-se para a Amazônia em 1980 e, por volta de 1991, transferiu toda a linha de produção de compensados do Sudeste brasileiro para o Amazonas. Em 1996, a empresa alemã Westag & Getalit, fornecedora de madeira e materiais de construção, comprou 25 % da Gethal, recebendo 6.016.667 ações no dia 8 de março de 1996 (Jucepa).

²³ Wright Investors Profile (1999).

Greenpeace Brasil

Atualmente, a Gethal possui 151.704 ha de florestas e tem planos de manejo florestal aprovados para 94.724 ha nas regiões do Vale do Juruá, Rio Purus e Rio Madeira (Gethal, NDB). O presidente da empresa, Bruno Stern, afirma que isto representa “mais área de floresta sob planos de manejo florestal do que qualquer outra companhia no norte do Brasil”.

A capacidade de produção anual da empresa é de 48.000 m³ de compensados e laminados, explorando potencialmente entre 120.000 e 192.000 m³ de toras. O volume anual autorizado pelo IBAMA (Gethal, NDB) é de 178.245 m³ de toras. Stern e o engenheiro-florestal-chefe Fernando Ludke afirmam que a Gethal está produzindo atualmente em torno de 21.600 m³ em produtos madeireiros e consumindo 70.000 m³ de toras por ano. A companhia obtém madeira de suas próprias terras e também compra madeira de terceiros. De acordo com Bruno Stern, toda madeira comprada provém de áreas com PMFs válidos. Com planos de manejo florestal para 24.100 ha e um volume anual autorizado de 74.584 m³ de toras, essa terra adicional de terceiros confere à companhia o manejo de uma área total de 118.824 ha.

Em 1996, a empresa alugou terras no Rio Juruá a terceiros, que foram acusados de terem cortado madeira “de forma indiscriminada, sem respeito pelos padrões da legislação ambiental, causando a destruição de reserva florestal inteira” (O’Dwyner, 1998)²⁴.

Stern (com. pess.) informa que o total de vendas da Gethal foi de R\$ 18 milhões em 1998 (aproximadamente US\$ 10.6 milhões)²⁵, 60% dos quais provenientes de exportações. Estes dados revelam uma queda nas exportações em relação à 1997, quando o total foi equivalente a US\$ 14.752.854 e a Gethal foi a maior exportadora de compensados delgados (Secex). Stern aposta no crescimento das exportações em função da desvalorização do Real.

Em fevereiro de 1999, a Timber and Wood International informou que a fábrica de compensados da Gethal recebeu a certificação de cadeia de custódia do FSC. A empresa teria sido motivada por “preocupações ambientais e análises de mercado” (TTJ, 1999)²⁶. Em recente entrevista, Stern também garantiu que a companhia pretende obter certificação do FSC para uma parte de suas terras, prevendo que 65.000 ha na região do Rio Madeira podem ser certificados por volta de outubro de 1999. A empresa inaugurou seu Centro para Pesquisa Florestal em 1992, em colaboração com a EMBRAPA, Universidade Federal do Amazonas e a UTAM. De acordo com Stern, a Gethal tem o maior projeto de reflorestamento do estado do Amazonas, com a pretensão de plantar 150.000 sementes por ano.

A Gethal tornou-se recentemente “a primeira companhia em todo o mundo a produzir compensado e laminados a partir de madeiras tropicais com certificação do FSC” e está planejando certificar em torno de 70 % de sua produção madeireira (Stern, 1999). Os 30% sem certificação serão destinados, inicialmente, ao mercado brasileiro. “A certificação é importante para algumas pessoas e não é importante para outras”, disse Stern. Ele acrescentou que os maiores mercados para madeira certificada são Holanda e

²⁴ Essa informação é baseada no testemunho de moradores locais na região, colhido durante a pesquisa antropológica de O’Dwyer na região.

²⁵ Assumindo uma taxa de conversão de US\$ 1.7 para R\$ 1.

²⁶ O compensado certificado, produzido pela Gethal, utiliza 13.000 m³ de madeira fornecida pela Mil Madeiras (Tim van Eldik, com. pess.).

Greenpeace Brasil

Inglaterra, com EUA e Alemanha dando menos importância à certificação e o mercado brasileiro apresentando “uma procura muito pequena por madeira certificada”.

Janus Brasil SA

President: Ignatius ‘Eddy’ Theodorou
não consta na lista telefônica de 1998

CEO: Garret K. Krause

Janus International, 4344 Promenade Way, Suite 102P, Marina del Rey, CA 90209²⁷

Tel: 310 823-8088 - Fax: 310 823-0888

<http://www.janusinternational.com>

A Janus International foi fundada pela Sara Hallitex Corporation em março de 1998. A criação de suas subsidiárias Janus Brasil SA e Janus Enermining foi anunciada em julho do mesmo ano (Janus International 1998c; 1998d). A Janus Brasil SA é o resultado da parceria entre a Janus International e Jonasa Navegação do Brasil²⁸, na mesma ocasião em que Ignatius ‘Eddy’ Theodorou, antigo acionista da NMMI’s Equatorial Resources (V. Quadro 3), foi escolhido como presidente. A Janus International, através da Janus Brasil e de duas outras subsidiárias, está atualmente envolvida na exploração de madeira dura e mineração no Brasil e encontra-se nos estágios finais de avaliação da viabilidade de novos projetos potenciais em Ohio (EEUU), Chile e Canadá (Janus International, 1998f).

Quadro 3 - Sobreposição entre a NMMI e a Janus International

Parece existir uma considerável sobreposição entre o empreendimento da NMMI no Brasil e o da Janus International. O website da corporação Sara Hallitex (visitado em 15/01/99) descreve ambas – a Janus International e outra subsidiária da Sara Hallitex, Pro Terra Inc – como companhias ‘Nevada’. Talvez coincidentemente, a Nevada Manhattan assinou, dois meses antes, um contrato com a quase homônima Terranorte do Brasil. Sua subsidiária brasileira chama-se atualmente Terra Resources (IBAMA; Pantell, com. pess.). Adicionalmente, as terras das duas empresas no Brasil são descritas de forma semelhante – como “aproximadamente 1,6 milhões de acres de madeiras duras ao longo do Rio Amazonas” (Janus International, 1998a) e como “mais de um milhão e meio de acres de floresta virgem ... localizados na foz do Rio Amazonas no Pará” (NMMI, s/d). Ambas formaram parcerias com o Grupo Jonasa do Brasil e ambas envolveram Ignatius Theodorou.

De acordo com boletins de imprensa da Janus International, a Janus Brasil tem acesso à aproximadamente 647.000 ha de ‘florestas de madeiras duras’ em região não especificada da Amazônia. Faltam informações referentes à produção, mas, em abril de 1998, a companhia previu que a capacidade atual de sua serraria poderia gerar lucros líquidos mensais, antes dos impostos, de US\$ 320.000 (Janus International, 1998b). Entretanto, as diversas tentativas do Greenpeace até o momento não resultaram em nenhum tipo de informação concreta referentes a endereços, localizações ou registros para a Janus Brasil S.A., seja no cartório de registro comercial, nos registros de exportação, no IBAMA ou no Secex.

De acordo com a literatura da companhia, a Janus Brasil é “totalmente consciente do equilíbrio ecológico” e pressupõe a parceria da empresa com a Jonasa como “uma auto-suficiente... ecologicamente sadia, operação madeireira ... estabelecida para competir mundialmente pelos rendimentos madeireiros” (Janus International, 1998b).

²⁷ Janus International (1999).

²⁸ Jonasa Navegação do Brasil “é a maior companhia de navegação e transportes da Bacia Amazônica” (Janus International, 1998e).

Greenpeace Brasil

Jaya Tiasa

Jaya Tiasa Holdings Bhd,
11 Mission Rd, Sibul, Sarawak 96000, Malaysia
Tel: 084 323-155 - Fax: 084 317-658²⁹

A megamadeireira Rimbunan Hijau (RH), com sede em Sarawak, tomou conta da Jaya Tiasa Holdings em março de 1993 (Business Times – Malásia, 1996). No Brasil, a Jaya Tiasa Holdings estabeleceu uma complexa rede de companhias madeireiras (Vide Quadro 4). Baseado em documentação da Junta Comercial do Estado do Amazonas (Jucea), KLSE (KLSE-RIS, 1999) e o relatado por Viana (1998), parece que, via Jaya Tiasa Holdings, a RH possui agora pelo menos cinco recém-criadas subsidiárias no Brasil, bem como as empresas brasileiras incorporadas Carolina Indústria Ltda, Maginco Compensados SA, Selvaplac Indústria Madeireira do Pará e Maginco Madeireira Araguaia SA ICA, como esquematizado no Quadro 4.

O total de terras na Amazônia controlado pela RH (via Jaya Tiasa) não está bem determinado. Viana (1998) apresentou uma área total de 53.997 ha, dos quais 41.367 ha possuem PMFs. Entretanto, as florestas registradas da Jaya Tiasa englobam 72.664 ha e a Carolina tem um total de 197.125 ha. Isto dá à Jaya Tiasa a propriedade de mais de 269.789 ha. A capacidade de produção é de 200.400 m³ de compensados, laminados e madeira serrada, mais 7,8 milhões de m² de faqueado (Jaya Tiasa, 1998). Esses números levam a um total de aproximadamente 248.402 m³ de madeira processada³⁰.

Juntas, as empresas da Jaya Tiasa no Brasil exportaram no mínimo US\$ 27 milhões em 1997 (Secex). O gerente-geral da Selvaplac Verde, Maginco Verde e Carolina (que não forneceu o nome) recusou-se a dar uma entrevista ao Greenpeace, não respondendo perguntas a respeito de capacidade de produção e vendas e alegando que “as perguntas tinham interesse comercial”.

Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais Ltda.

Carolina Indústria Ltda., CGC/MF 04.022.877/ 0001-34
Rua Carlos Henrique Moehring, 1300, Itacoatiara, Amazonas
Tel: (92) 521-1071 - Fax: (92) 521-1669
Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais Ltda.
297 bc M Areosa, Manaus, Amazonas
Tel: (92) 671-5120

Segundo o IBAMA, a Carolina tem 189.136 ha de florestas, dos quais 7.500 ha estão cobertos por planos de manejo no Vale dos Purus (onde se localiza a maioria das propriedades florestais da companhia). A empresa também possui uma propriedade de 7.989 ha na região do Rio Uatumã, com plano de manejo para 7.600 ha (Viana, 1998). Em 1997, não foi apontado corte de madeira nas propriedades da Carolina, embora exista o registro de que a empresa comprou 55.840 m³ de toras de terceiros (IBAMA). Naquele ano, a Carolina, a quarta maior exportadora de compensado delgado, exportou US\$ 8.984.239 em produtos de madeira (Secex).

Anteriormente à compra pela Jaya Tiasa (RH), a Carolina teve dois dos seus quatro PMFs suspensos por estarem situados nos limites da Reserva Biológica de Abufari (Viana, 1998)

Companhias Maginco

Maginco Verde, Maginco Madeireira Araguaia e Maginco Compensados

²⁹ KLSE (1999).

³⁰ Assumindo uma espessura de 6 mm para laminados.

Greenpeace Brasil

Maginco Compensados S.A.
Av. Gov. J. Malcher, 830 ap. 901 – Belém, Pará
Tel: (91) 241-6608

Maginco Verde S.A.
2184 km 11 Rodovia BR 316
Tel: (91) 255-1874 /1289 /1387 /1617
Maginco Madeira Araguaia SA ICA

As companhias Maginco aparentam possuir pelo menos 44.999 ha de florestas em Carauari, Paragominas, São Félix do Araguaia e ao longo do Rio Capim, e têm plano de manejo para 20.955 ha (IBAMA; Viana, 1998). Porém, a lista de propriedades florestais da Jaya Tiasa revela um total de 72.664 ha de florestas e áreas rurais, dos quais 8.250 ha correspondem à Selvaplac. Isso resulta em um 64.414 ha sob domínio da Maginco (KLSE-RIS). Em 1997, a capacidade de produção da empresa era de 67.200 m³ de compensados e 19.200 m³ de madeira serrada ao ano (Business Times – Malásia), o que pressupõe um consumo entre 216.000 e 345.600 m³ de toras. Entretanto, diversas fontes, incluindo funcionários do Ibama e Roberto Pupo (presidente da Nordisk e diretor executivo da Aimex), afirmaram que a Maginco não está operando atualmente.

Em 1997, as companhias Maginco exportaram pelo menos US\$ 18.038.293 (MG Madeireiras Araguaia e Madeira Araguaia Ind. Com. Importação e Exportação Ltda.). Essas duas empresas da Maginco representam, respectivamente, a quarta maior exportadora de madeira serrada³¹ e a segunda maior exportadora de compensados delgados.

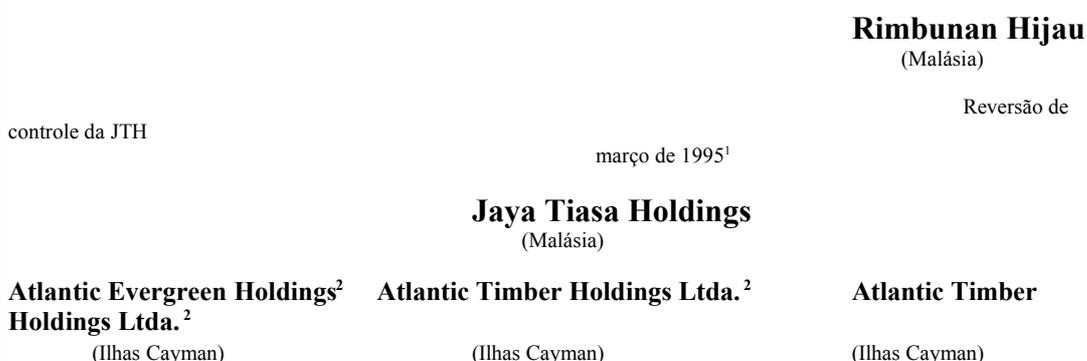
Em 1996, o IBAMA suspendeu três PMFs da Maginco Madeira Araguaia SA ICA, e um da Selvaplac Verde SA, mas manteve a aprovação para a Maginco Compensados (Viana, 1998).

Selvaplac Verde SA

Selvaplac Verde SA, CGC/MF 04.843.215/0001-25, Inscr. Est. 15109747-8
Selvaplac Verde SA, sn qd 11 lt 4 Av. G. Ville Tel: (91) 268-0255
Selvaplac Verde SA, Estr. Outeiro, 467 Tel: (91) 227-1999 /0415
Selvaplac Verde SA, Arcp. M. Teodoro, 722 ap. 1202 Tel: (91) 225-2329

Viana (1998) registra que a Selvaplac Verde detém uma área de 5.981 ha na margem direita do Rio Cairari e que requisitou um plano de manejo para a produção de 79.000 m³ de toras por ano.

Quadro 4: Rimbunan Hijau (Malásia) na Amazônia



³¹ Código Secex 4407.99.90

Greenpeace Brasil

Western Timber Resources Ltda. ⁴	Verde Compensados Ltda. ⁴	Verde para Sempre Ltda.
(Ilhas Cayman)	(Brasil)	(Brasil)
	criadas através da recém- constituída companhia Verde Vivo Holding Ltda. ³ (Brasil)	
Carolina (Brasil)	Maginco Verde SA (Brasil)	Selvaplac Verde SA (Brasil)
(Em fevereiro de 1997 a WTR pela torna-se acionista da Carolina, Selvaplac e, em agosto de 1997, a procuração geral da empresa é transferida para Tiong Chiong Hoo da RH ⁵)	(Formada em abril de 1997 pela incorporação da Maginco Compensados SA ⁶ e Maginco Madeiras Araguaia SA ICA ⁷)	(Formada em abril de 1997 incorporação da Indústria Madeireira do Pará Ltda. ³)

¹Business Times – Malásia, 1996; ²companhia subsidiária ou associada citada em KLSE-RIS, 1999; ³Viana, 1998; ⁴subsidiária não-listada em KLSE-RIS, 1999; ⁵Jucea, setembro de 1997; ⁶inteiramente incorporada (Viana, 1998); ⁷parcialmente incorporada (Jucepa).

Sobre a Jaya Tiasa e a Rimbunan Hijau

O Grupo Rimbunan Hijau tem uma série de ligações políticas com o alto escalão malaio, incluindo o irmão do Ministro de Sarawak, que controla a alocação das concessões madeireiras. Datuk Tiong Hiew King, que está à frente do grupo, supostamente controla estimados 800.000 ha de concessões madeireiras em Sarawak, e sua família domina a indústria madeireira em Papua Nova Guiné. A empresa adquiriu empreendimentos florestais em Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Vanuatu, Nova Zelândia, extremo leste da Rússia e no Brasil (WRM/FM, 1998).

Da mesma forma que o ocorrido com a WTK, as operações da RH em Sarawak, Papua Nova Guiné e demais localidades levaram a empresa a entrar em conflito direto com as populações locais e com ambientalistas. Em Sarawak, em 1987, 42 fazendeiros Kayan foram presos durante um protesto contra as atividades de uma das subsidiárias do Grupo (Asian Wall Street Journal, 07/02/90). Em Papua Nova Guiné, uma das operações florestais da RH foi descrita pelo especialista em florestas Frantz Arentz como o pior exemplo, em todo o mundo, de extração madeireira em florestas tropicais (ICAD, 1994). As atividades ilícitas do Grupo incluem extração de madeira ilegal, desobediência a seu próprio plano ambiental, corte sem registro legal e exportação ilegal de toras de pau-rosa (WRM/FM, 1998).

Lawton Madeiras da Amazônia SA

Rua Senador Manoel Barata, 704, 18º andar, Cj. 1801, Edifício Paes de Carvalho,
66.019-000 - Belém, Pará
Tel: (91) 212-0567 - Fax: (91) 212-6058

Lawton Lumber Company,
22 South Main, Greenville, South Carolina 29.601³²
Tel: 864 421-0146

A Lawton localiza-se às margens do Rio Juburú, na Ilha de Marajó, há 25 anos. Possui 10.000 ha no Rio Macacos, explorados em regime de plano de manejo florestal, além de mais 2.400 ha. A SAE (1997) informa que um segundo PMF está atualmente suspenso. A companhia tem uma capacidade instalada de 15.000 m³ de madeira processada

³² Picha (com. pess.)

Greenpeace Brasil

(37.500 a 60.000 m³ de toras)³³, embora produza atualmente 12.000 m³ de madeira processada.

A empresa produz materiais de construção e outros produtos como camas, batentes de porta e molduras de quadro, todos exportados para os EUA. Em 1996, a Lawton exportou US\$ 3.205.575. As vendas para o mercado externo caíram para US\$ 2,5 milhões em 1998 (SAE, 1997). O vice-presidente, James Picha, e o diretor de vendas, José Almeida Moraes, disseram que a desvalorização do Real beneficiará a empresa.

Das áreas florestais da companhia, Picha diz que 1.200 ha fazem parte de um programa de reflorestamento. Ele também disse que a Lawton deu início recentemente aos procedimentos necessários para obter a certificação do FSC e que o certificador Imafloa já fez uma avaliação preliminar de suas operações. Ele também afirmou que a procura por madeira certificada ainda não é grande no mercado americano, mas espera que a certificação torne-se eventualmente “um atrativo de vendas”.

³³ A própria companhia revela que o desperdício, de toras à madeira serrada, é de 50 % (Picha, com. pess.) mas esses volumes foram calculados nas estimativas em Vidal *et al* (1997).

Greenpeace Brasil

Quadro 5: Mil – A única madeireira da Amazônia Brasileira com certificação plena do FSC

Mil - Madeireira Itacoatiara Ltda

Av. Torquato Tapajós, km 227, Zona Rural, Itacoatiara, Amazonas

A Mil Madeireira é a única empresa madeireira operando na Amazônia Brasileira que obteve certificação incondicional, dentro dos padrões do FSC, para todas as suas atividades. Essa condição é decorrência direta da postura da empresa, comprometida com o “bom manejo florestal”.

A propriedade total cobre 80.573 ha na região de Itacoatiara, 50.000 ha dos quais sob Plano de Manejo Florestal aprovado pelo IBAMA. Em 1996, a companhia exportou US\$ 83.717 (SAE, 1997) e teve como principal comprador a importadora holandesa de madeira A Van Den Berg BV (AIDE, 1998). De acordo com o engenheiro-florestal chefe da Mil, Tim van Eldik, a capacidade de produção da Mil é de 60.000 a 70.000 m³ de toras por ano. Em torno de 44.000 m³ são processados na Mil, 13.000 m³ são comprados pela Gethal para a produção de compensados certificados. A empresa exportou 3.000 m³ de espécies autorizadas na forma de toras, no ano passado. Em 1997/1998, a companhia explorou menos do que o planejado, entre 33.695 e 44.375 m³ de toras (van Eldik, com. pess.).

Em 1996, a Mil recebeu o selo verde do FSC por um plano de manejo florestal elaborado em conjunto com IBAMA, INPA e EMBRAPA. A companhia vem sendo elogiada como um exemplo, no contexto amazônico, de manejo florestal racional e sustentado.

Nordisk Timber Ltda.

Nordisk Timber Ltda.

Rod. Augusto Montenegro Km 11, Caixa Postal 1541, CGC 04.990.321/0001-31. Insc. Est. 15.108.78-6, CEP 66.813-190, Belém, Pará

Tel: (91) 227-2327 - Fax: (91) 227-1040

e-mail: nordisk@supridad.com.br

Dalhoff, Larsen & Horneman AS

Skagensgade 66, DK 2630 Hje Taastrup, Denmark

Principal executivo: John Horneman

Tel: 045 42 52 5611 - Fax: 045 42 52 1666

A Nordisk chegou ao Brasil em 1982 como agente da DLH e expandiu suas exportações em 1985. De acordo com o presidente da empresa, Roberto Pupo, a Nordisk atua como intermediária e exportadora de madeira da Amazônia, detém 2.999 ha de floresta e tem um PMF para a mesma área. Embora não divulgue os nomes dos seus fornecedores, Pupo disse que a maioria deles não possuem plano de manejo, mas que a Nordisk compra madeira oriunda de desmatamentos autorizados.

Em 1997, a produção foi 80.755 m³, embora tenha caído para 35.094 m³ no ano seguinte (Pupo, com. pess.). A companhia exporta madeira serrada para o setor de construção e também atua como agente na exportação de madeira processada por outras empresas. Em 1997, a Nordisk exportou US\$ 20.405.105 (Secex), com 95 % de suas vendas indo para

Greenpeace Brasil

companhias do Grupo DLH. Segundo Pupo, 30 % de toda a madeira exportada do Estado do Pará nos últimos três anos foi comprada pelo grupo DLH.

Em 1992, a Nordisk comprou 4.000 ha de terras desmatadas para fazer reflorestamento e projetos de pesquisa. A literatura da DLH ressalta sua política ambiental. Apesar disso, a Nordisk acumulou 13 relatos de infração entre 1995 e 1997 e foi acusada de comprar mogno proveniente de terras indígenas (Viana, 1998). A companhia alega que as acusações não foram comprovadas e que as multas ocorreram em função de "erros administrativos". Em relação à certificação, Pupo (com. pess.) disse que a pressão do mercado por madeiras certificadas existe, mas é pouca, e refere-se ao inventário do FSC como "perda de tempo". Ele opina ainda que "a indústria madeireira não está apta a realizar um inventário da fauna – como algumas ONGs estão pedindo – visando à obtenção da certificação".

Robco Madeiras (EUA)

Tv. Dr. E. Pinheiro, 1414 apt. 704
Tel: (91) 246-7803
Tv. Dr. E. Pinheiro, 2385
Tel: (91) 266-0466
Dist. Ind. de Ananindeua, s/n, Q/ 13, lote 02 – Setor E
Tel: (91) 250-3301 e (91) 250-3040

A Robco exportou US\$ 7.733.753 (incluindo mogno), em sua maioria para o EUA (37%), Filipinas (29%) e Europa (12%) (Secex). Deste total, US\$ 1.663.731 referem-se a mogno serrado.

Terra Resources (Brasil) Ltda

Terra Resources Brasil Ltda.
Av. Roberto Camilier 1287, Icoraci, Belém, Brasil
Tel (celular): (91) 989-4451 / (91) 9982699

Equatorial Resources Brasil Ltda (HQ)
Rodovia 010 km 04, Irituíá, Pará
Tel: (91) 987-7441
Equatorial Resources Brasil Ltda
Rua Aristides de Lobo 906, Reduot, Belém, 66.053-020
Tel: (91) 241-4571 Fax: (91) 225 2107
e-mail: equatorial@amazon.com.br

CEO: Christopher Michaels
Nevada Manhattan Group Inc
5038 North Parkway Calabasas, Calabasas, CA 91302, USA
Tel/Fax: 818 591-4400
e-mail: administration@nvmh.com - http://nvmh.com

Terra Resources foi o nome dado à nova empresa da NMMI no Brasil após o fechamento da Equatorial Resources, sua primeira tentativa, que fracassou. A Equatorial Resources foi fundada em abril de 1997 (IBAMA), numa parceria entre Nevada Manhattan Mining Inc, Equatorial Resources, Grupo Jonasa, Ignatius Theodorou Madeiras Ltda e UAR (dados da Jucepa). Em maio do mesmo ano, a Terranorte SA associou-se ao grupo para garantir o fornecimento de madeira. Em fins de 1997, o grupo Nevada Manhattan elevou sua participação acionária na subsidiária brasileira de 80% para 100 % (NMMI, 1998b) e Theodorou foi substituído pelo atual presidente Lloyd Pantell na primavera de 1998 (Pantell, com. pess.). A Equatorial Resources foi fechada, dando lugar à Terra Resources Ltda. (Jucepa).

Greenpeace Brasil

Os números referentes à empresa são contraditórios. De acordo com publicações do grupo Nevada Manhattan (NMMI, s/d), a empresa controla “provavelmente uma das maiores propriedades de florestas de madeiras duras do mundo, com mais de 1,5 milhões de acres (647.000 ha) de florestas virgens” no Pará. Assim como a Equatorial Resources, a Terra Resources assinou, com a Terranorte SA, um contrato para a compra das toras provenientes dos 490.000 ha de florestas virgens da empresa situadas perto de Moju, Pará (Pantell, com. pess.). Em outubro de 1997, a companhia tinha uma capacidade de processamento de 144.000 m³ de madeira bruta por ano (Business Wire, 1997; NMMI, 1997b). Segundo os termos de um contrato de fornecimento adicional com uma companhia asiática (NMMI, 1997b), a empresa teria produzido até 40.000 m³ em produtos serrados por mês – explorando em torno de 1,2 milhões de m³ de toras a cada ano.

Em julho de 1998, a empresa anunciou uma produção no valor de US\$ 200.000 dólares por mês (Business Wire, 1998), embora a proporção referente às exportações seja incerta. Entretanto, nos anos anteriores a empresa aceitou ordens de compra das exportadoras Nordisk Timber Ltda., Sabra International, Robco Madeiras e Nevexport, totalizando US\$ 700.000 (NMMI, 1997b) e pretendia negociar com um “grupo em Cingapura” (Business Wire, 1997). Em março de 1998, a Equatorial assinou contrato com a Metsä Timber, uma das líderes na indústria madeireira europeia. Entretanto, em recente entrevista, o presidente da companhia Lloyd Pantell disse que apesar do contrato com a Metsä ser válido, a Terra Resources é atualmente muito pequena para suprir a demanda da empresa, processando apenas 13.200 de m³ de toras por ano. De acordo com Pantell, os principais mercados da companhia são, atualmente, os EUA, Sul Europeu, Austrália e o Caribe.

A Nevada Manhattan refere-se a si mesmo como tendo “um procedimento ecológico ainda que visando o lucro”. Em sua home page (NMMI, s/d) a empresa afirma que está na vanguarda do moderno movimento ecologicamente correto. Pantell alega que “a Terra não compra nada que não venha de plano de manejo florestal autorizado pelo IBAMA”. Ele acrescenta que a companhia tem política própria, já que, embora os objetivos da legislação sejam corretos, as leis propriamente ditas não são aplicadas uniformemente (Pantell, com. pess.). Ele também afirma que a Terra planeja desenvolver uma completa cadeia de custódia das operações em suas propriedades com protocolos ambientais próprios, elaborados pela companhia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIDE (1998) *Industrial logging companies in Earth's last frontier forests: interim report for Greenpeace International*. (Não publicado)
- Amigos da Terra – Programa Amazônia (1997) *Garimpagem Florestal: 1997 Relatório atualizado sobre extração ilegal de madeira na Amazônia Brasileira*. Amigos da Terra, São Paulo
- Ape Alliance (1998) *The African bushmeat trade - a recipe for extinction*. Ape Alliance, Cambridge
- Asian Wall Street Journal* (1990) In: Sarawak, a clash over land and power (07.02.90)
- Balick MJ, Cox PA (1996) *People, plants and culture*. Freeman
- Barros AC, Uhl C (1996) Patterns, problems and potential of wood exploitation along the Amazonas River and its estuaries. In: Barros AC, Veríssimo A (eds) *The expansion of logging activity in the Amazon: impacts and perspectives for the development of the forest sector in Pará*. pp: 100-142

Greenpeace Brasil

- Business Times Malaysia* (1996) Jaya Tiasa proposes RM566m deal. 15 /março /1996.
- Business Times - Malaysia* (1997) Jaya Tiasa buys Brazil firm. 4 /julho /1997. p5.
- Business Wire (1997) *NMMI enters into letter of intent*. (22.07.97)
- Business Wire (1998) *NMMI announces monthly revenue increase*. (22.07.98)
- CGIAR (1996) *Poor farmers could destroy half of remaining tropical forest*. Media backgrounder to press release (Washington DC CGIAR, August 4th)
- Colechester M (1997) *Guyana fragile frontiers: loggers, miners and forest peoples*. Earthscan, London
- CPATU-EMBRAPA (1996) *Diagnóstico dos Projetos de Manejo Florestal do Estado do Pará – Fase Paragominas / Relatório*. 22 /março. CPATU-EMBRAPA em parceria com IBAMA, FCAP, SECTAM, UFPa/NAEA e FIEPA com financiamento de AIMEX, ODA e SINDISERPA
- Douglas J and Blaser J (1998) *Global Economic Trends and Implications to the International Timber Market*. International Timber Conference 1998, Kuala Lumpur, Malaysia, 5-7 /março /1998.
- EIA (1996) *Corporate power, corruption and the destruction of the world's forests: the case for a new forest agreement*. EIA, London, Washington DC
- Eidai (s/d) literatura da companhia
- Eidai (1999) *Website* (visitado 18.01.99) <http://www.eidai.com/>
- Franco L (1999) *Madeireiras devem exportar 20 % mais. Gazeta Mercantil (Finanças e Mercados)* 8 /março /1999
- FSC (1999) *Forests certified by FSC-accredited certification bodies*. FSC Website (visitado 10.03.99) <http://fscoax.org/html/5-3-3.html>
- Gethal (NDA) *Gethal* (brochura da companhia).
- Gethal (NDB) *Property control* (documento interno).
- Greenpeace/Barreto P, Verissimo A, Hirakuri S (1998) *A exploração de madeira na Amazônia Brasileira: Situação e Perspectivas*. IMAZON, Belém
- Greenpeace/Toni A (1997) *Desflorestando o Planeta: Madeireiras Asiáticas invadem nossas últimas fronteiras florestais*. Greenpeace Internacional, Amsterdam/São Paulo
- GWA (1996) *The Good Wood List*. GWA Website (visitado 10.03.99) <http://www.agnic.nal.usda.gov/agdb/goodwood.html>
- Harago Y (1993) *Mitsubishi's investments in Brazil: a case study of Eidai do Brasil Madeiras SA*. Rainforest Action Network, San Francisco
- Hummel AC (1997) *Situação da atividade madeireira no estado do Amazonas*. Associação de Engenheiros Florestais do Estado do Amazonas, 11 /julho /1997.
- ICAD (1994) *Back to office report: New Ireland Field Trip 7th-21st November 1994 Technical Division the ICAD Project*. WRM/FM 1998
- INPE (1999) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Publicações. Fevereiro /1999.
- Janus International (1998a) *Relatório interno*. Junho /1998
- Janus International (1998b) *Janus International signs joint venture timber harvesting agreement with Jonasa Madeiras Ltda*. Janus Press Release 09.07.98
- Janus International (1998c) *Sara Hallitex Corporation announces (JNUS) trading symbol for subsidiary Janus International Inc*. Janus Press Release 01.07.98
- Janus International (1998d) *Janus International Inc introduces its two wholly owned subsidiaries - Janus Enermining Inc and Janus Brasilia SA*. Janus Press Release 07.07.98
- Janus International (1998e) *Relatório interno*. Setembro /1998
- Janus International (1998f) *Relatório interno*. Julho /1998
- Janus International (1999) *Website* (visitado em 15.01.99) <http://janusinternational.com>
- Jaya Tiasa (1998) *Relatório anual*.
- KLSE (1998) *KLSE Website* (visitado em 26.07.98). WRM/FM 1998

Greenpeace Brasil

- KLSE (1999) KLSE *Website* (visitado em 18.01.99) <http://www.klse.com.my/>
- KLSE-RIS (1999) KLSE-RIS *Website* (visitado em 18.01.99) <http://www.klse-ris.com.my/html-dir/intro1.html>
- Lines D, Marcousé I, Martin B (1996) *The complete A-Z business studies handbook* (2nd edition). Hodder & Stoughton, London
- Manser B (1996) *Voices from the rainforests: testimonies of a threatened people*.
- Nepstad DC, Veríssimo A, Alencar A, Nobre C, Lima E, Lefebvre P, Schlesinger P, Potter C, Moutinho P, Mendoza E, Cochrane M, Brooks V (1999) Large-scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire. *Nature* 398 (8th April): 505-508
- New Straits Times - Malaysia* (1997a). WTK plans to export more tropical hardwood to India. 23 /Agosto /1997
- New Straits Times - Malaysia* (1997b). Technical rebound for WTK Holdings. 6 /Outubro /1997
- NMMI (s/d) *Nevada Manhattan Corporate Profile*. Publicação da companhia.
- NMMI (1997a) *Nevada Manhattan Mining announces expansion of Brazilian Subsidiary*. NMMI Press Release 25.06.97
- NMMI (1997b) *NVMH expands saw milling operations in Brazil*. NMMI Press Release 06.10.97
- NMMI (1998a) *NVMH Website*
- NMMI (1998b) *Nevada Manhattan Mining announces 100-percent ownership of its Brazilian subsidiary*. NMMI Press Release 12.01.98
- O'Dwyer EC (1998) *O extrativismo da madeira na floresta Amazônica*. Relatório. p: 10
- PSSI (1994) *Pará: rich by nature*. Pará State Secretariat of Industry, Commerce and Mining, Belém
- SAE (1997) *Política Florestal: Exploração Madeireira na Amazônia*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Abril /1997.
- Sara Hallitex (1999) *Website* (visitado 15.01.99) <http://www.sarahallitex.com>
- SmartWood (1999) *SmartWood Website* (visitado 10.03.99) <http://www.smartwood.org/operations/>
- Tautz CSF (1997) The Asian invasion: Asian multinationals come to the Amazon. *Multinational Monitor* 18 (9): Setembro
- TREES (1998) *Identification of deforestation hot spot areas in the humid tropics. TREES Publications Series B: research report no 4*. Achard F, Eva H, Glinni A, Mayaux P, Richards T, Stibig HJ (eds) Joint Research Centre, European Commission, Brussels
- TTJ (1999). Gethal Amazonas Claims Certified Plywood First. *TTJ (Timber & Wood Products International)* 6 Fevereiro /1999
- The Star* (1998) KL Denies over logging claim. *The Star Online* (visitado 27.06.98)
- Uhl C, Barreto P, Veríssimo A, Amaral P, Barros AC, Souza Jr C, Vidal E (1997) An integrated research approach to address natural resource problems in the Brazilian Amazon. *Bioscience* 47 (3): 160-168
- Vanimo TPR Landowners Association (1995) Letter to the Hon. Minister of Forests 13.01.95
- Veríssimo A, Barreto P, Tarifa R, Uhl C (1995) Extraction of a high-value natural resource from Amazon: the case of mahogany. *Forest Ecology and Management* 72 : 39-60
- Veríssimo A and Lima E (1998) *Caracterização da atividade madeireira na Amazônia Brasileira*. IMAZON, Belém

Greenpeace Brasil

- Veríssimo A, Lima E, Junior R, Leão C (1997) *Evaluation of forestry activities in two logging poles in Mato Grosso: Juara and Marcelândia* (Technical Report). Tropical Forest Foundation, Belém
- Veríssimo A, Souza Jr C, Stone S, Uhl C (1998) Zoning of timber extraction in the Brazilian Amazon. *Conservation Biology* **12** (1): 1-10
- Viana G (1998) *Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Destinada a Averiguar a Aquisição de Madeireiras, Serrarias e Extensas Porções de Terras Brasileiras por Grupos Asiáticos*. Brasília. 12 /Agosto.
- Vidal E, Barreto P, Amaral P, Gerwing J, Uhl C (1997) *Redução de desperdícios na produção madeireira na Amazônia* (Série Amazônia). IMAZON, Belém
- WRI (1997) *The last frontier forests: ecosystems and economies on the edge*. Bryant D, Nielsen D and Tangley L (eds) World Resources Institute (Forest Frontiers Initiative), New York
- Wright Investors Profile (1999) *Website* (diversas visitas) <http://profiles.wisi.com/>
- WTK (1999) *Website* (visitado 25.03.99) <http://www.wtk.com.my>
- WRM/FM (1998) *High stakes: the need to control transnational logging companies: a Malaysian case study*. IUCN (Netherlands Committee), Amsterdam
- WWF (1996) *Bad harvest: the timber trade and the degradation of the world's forests*. Dudley N, Jeanrenaud J-P, Sullivan F (eds) Earthscan Publications, London
- WWF (1999) WWF- Forests for life *Website* (visitado 07.04.99). <http://worldwildlife.org/forests/ff.htm>

Entrevistas

Nota: Todas as entrevistas foram realizadas entre março e abril de 1999

- Ludke, Fernando - engenheiro-florestal-chefe da Gethal (entrevista com Paulo Adário)
- Macêdo, Francisco - diretor administrativo da Eldorado (entrevista com Traci Romine)
- Moraes, José Almeida e Picha, James - diretor (Brasil) e vice-presidente (EUA) da Lawton (entrevista com Traci Romine)
- Mueller, Manny - diretor de vendas no Brasil da Kiani (Amacol) (entrevista com Traci Romine)
- Pantell, Lloyd - presidente da Terra Resources (entrevista com Traci Romine)
- Pupo, Roberto - presidente da Nordisk (entrevista com Traci Romine)
- Shitaba, Eiji e Sato, Takushi - Diretor-presidente e Diretor de Madeira e Reflorestamento da Eidai (entrevista com Traci Romine). Esteve presente à entrevista o diretor de vendas - Atsushi Sakendo - que ajudou na tradução.
- Stern, Bruno - presidente da companhia Gethal (entrevista com Traci Romine)
- Stout AJ - (entrevista com Paulo Adário)
- van Eldik, Tim - engenheiro-florestal-chefe da Mil Madeireiras (entrevista com Paulo Adário)